



Fundo Especial de Investimento Aberto
CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO & CONTAS

1º semestre de 2010

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	2
MERCADOS DE CAPITAIS	4
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS	7
RELATÓRIO DE GESTÃO	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Evolução Global

Durante o primeiro semestre do ano, a actividade económica mundial manteve-se em expansão, registando-se crescimentos muito positivos, em particular no caso dos países emergentes, embora os indicadores de actividade mensal do segundo trimestre tenham registado algum arrefecimento. A política monetária manteve-se sem alteração no caso dos principais bancos centrais dada a ausência de pressões inflacionistas. Estas foram sentidas apenas em alguns dos blocos emergentes, o que exigiu, nesses casos, o agravamento das taxas directoras.

O agravamento das pressões respeitantes à dívida soberana, nomeadamente dos países periféricos da zona Euro, caracterizou boa parte do primeiro semestre de 2010. Muitos governos foram forçados a anunciar medidas extraordinárias de correcção dos défices. Com o intuito de estabilizar o mercado soberano de taxa de juro, o próprio Banco Central Europeu (BCE) optou por tomar medidas excepcionais, como seja a compra de dívida pública em mercado secundário.

Estados Unidos da América

Nos EUA, os indicadores de confiança e de actividade mostraram uma subida ao longo do primeiro semestre do ano. Destacou-se o caso da indústria, onde a actividade cresceu pelo segundo semestre consecutivo. A capacidade utilizada fixou-se num nível ao qual já não se assistia desde o quarto trimestre de 2008. O mercado laboral também se salientou, ao voltar a criar postos de trabalho, logo desde do início do ano. A taxa de desemprego que tinha encerrado nos 10% em 2009, regrediu em Junho para 9.5%. O indicador de Consumo privado também surpreendeu positivamente, assente no melhor desempenho do rendimento das famílias. A Reserva Federal (FED) caracterizou a retoma da primeira metade do ano como moderada, optando por isso, e num contexto de estabilidade de preços, por manter a taxa directora no intervalo entre 0% e 0.25%, assegurando que esta permanecerá baixa por um período extenso de tempo.

Zona Euro

Durante a primeira metade do ano, os indicadores económicos da zona Euro mantiveram igualmente um tom de retoma, ainda que menos positivo que nos EUA. O crescimento económico do primeiro trimestre do ano ascendeu a 0,2% - correspondendo ao terceiro aumento trimestral consecutivo. A actividade industrial continua a constituir um dos aspectos mais positivos desta subida e os empresários revelam confiança na tendência de subida. O Consumo privado, por outro lado, permaneceu negativo, em resultado do aumento do desemprego. A inflação continuou sempre abaixo do limite definido pelo BCE, permitindo a manutenção das taxas de juro directoras em níveis mínimos de 1%.

Portugal

Em Portugal, o crescimento económico registou um aumento de 1.1%, no primeiro trimestre de 2010, sendo o terceiro mais elevado da União Europeia. O desempenho da Procura externa teve um contributo essencial. No que diz respeito à Procura interna, destacou-se o aumento do investimento privado em capital fixo. Os indicadores de confiança dos empresários aumentaram ao longo do semestre e, à semelhança do que aconteceu na zona Euro, a melhoria do clima económico empresarial sobressaiu. No mercado de trabalho, o último valor da taxa de desemprego, referente ainda ao primeiro trimestre, mostrou um aumento de 10.1% para 10.6%. Este indicador permanece, assim, no patamar mais elevado dos últimos 23 anos. A inflação acelerou durante o período em análise, enquanto a inflação subjacente só voltou a positiva em Junho.

Perspectivas

Apesar da tendência de recuperação registada pelos indicadores económicos durante o primeiro semestre, o esgotamento gradual dos estímulos à actividade económica, quer de natureza fiscal quer de natureza monetária, a inversão do ciclo positivo de alguma reposição de *stocks* e, na Europa, a adopção de políticas orçamentais mais restritivas, numa altura em que o nível de desemprego permanece elevado, são factores que suportam um cenário de moderação do crescimento económico global no próximo semestre. A pesar ainda sobre as perspectivas económicas estarão as dificuldades para a obtenção de financiamento, por parte de algumas economias europeias, sobretudo as denominadas “periféricas”.

Por outro lado, num contexto que se continua a prever de estabilidade de preços não se espera que os principais bancos centrais alterem a actual política de taxas de juro directoras, que se encontram em níveis mínimos, nos próximos seis meses.

MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Monetário

No primeiro semestre de 2010 o Banco Central Europeu (BCE) manteve as taxas directoras em níveis mínimos históricos e não retirou as medidas extraordinárias de cedência de liquidez ilimitada aos bancos comerciais. Adicionalmente, estabeleceu um programa de compra de títulos de dívida pública e privada, para estabilizar os mercados de obrigações em situação mais crítica, afectados pela forte subida dos *spreads* de obrigações do tesouro de países europeus periféricos. As taxas de juro de mercado monetário, acabaram por registar um comportamento ligeiramente ascendente, dado o maior grau de aversão ao risco e o aumento dos riscos associados ao contágio da instabilidade das obrigações do sector público para o financeiro. Deste modo, a *Euribor* a 3 meses registou uma subida marginal de 3p.b., de 0.45% para 0.48%, e o mesmo indexante a 12 meses subiu 6p.b., de 1.25% para 1.31%.

Mercado de Taxa de Juro

Apesar do índice europeu agregado (*JP Morgan EUR*) ter tido um desempenho positivo (+2.5%) no período, os mercados dos diversos países registaram comportamentos muito distintos.

Os índices de países periféricos tais como Portugal, Espanha e Grécia evidenciaram desempenhos negativos de -6%, -2% e -18% respectivamente, devido à subida de *yields* e ao significativo alargamento de *spreads* em relação às obrigações alemãs. As fortes revisões em baixa de crescimento económico, dada a austeridade dos planos de consolidação fiscal em curso, as dúvidas quanto à sustentabilidade do endividamento e os receios quanto a possíveis reestruturações de emissões de dívida constituíram as principais causas para o desempenho negativo verificado.

Já no que respeita aos países de melhor qualidade creditícia, os respectivos mercados de obrigações do tesouro registaram performances mais benignas, dado o carácter de refúgio e de menor risco percebidos por parte dos investidores, tendo as *yields* alemãs atingido mínimos históricos. Desta forma, no 1º Semestre o índice *JP Morgan* alemão valorizou-se 7% e o homólogo francês evidenciou uma subida de 6%. Paralelamente, o mercado de taxa de juro americano também beneficiou do estatuto de elevada liquidez e de menor risco, ao valorizar-se 6%.

Mercado de Crédito

A primeira metade de 2010 caracterizou-se por uma tendência moderada de alargamento dos *spreads* de obrigações de risco de crédito relativamente a obrigações de governos de referência. No entanto, dada a descida verificada ao nível das taxas de juro sem risco, os índices de crédito acabaram por registar subidas com o *Euro Iboxx Liquid Corporates Investment Grade* a valorizar-se 3.5% enquanto que o índice americano equivalente subiu 6%. Em termos sectoriais, destacaram-se negativamente os títulos de instituições financeiras, dados os receios de contágio do risco soberano ao sector, assim

como a exposição que os bancos têm à dívida pública dos países mais afectados pela contingência fiscal.

Em termos de actividade de mercados de capitais, e após um início de ano caracterizado por um forte volume de emissões, verificou-se uma redução substancial de novos títulos, desde Abril, dado o aumento do risco sistémico e da volatilidade nos diferentes mercados, a redução dos níveis de apetência dos investidores pelo risco e o consequente alargamento de *spreads*.

Mercados Accionistas

Durante o período em causa verificaram-se comportamentos distintos, com os índices de referência a registarem uma tendência ascendente até Abril e posterior queda até final de Junho. O *S&P 500* atingiu uma valorização máxima de 9%, desde início do ano, e o índice da Zona Euro *MSCI Euro* valorizou-se 4% no mesmo período. Apesar da emergência dos riscos soberanos na Europa, já desde o último trimestre de 2009, a época de resultados do 1º Trimestre extremamente positiva, com os lucros e as vendas a registarem crescimentos superiores ao esperado, e o sentimento positivo em termos de crescimento económico global, os mercados de acções não reflectiram o aumento da instabilidade nos mercados de dívida pública. No entanto, para além do agudizar das questões fundamentais europeias a partir do 2º Trimestre, os crescentes receios quanto a um forte arrefecimento económico na China e as incertezas em relação às medidas de regulamentação a serem implementadas no sector financeiro geraram expectativas quanto a efeitos de contágio negativo para a conjuntura macroeconómica, e que se traduziram nos principais bancos de investimento a reverem em baixa as estimativas de crescimento, nos EUA e Zona Euro, para a segunda metade de 2010 e para 2011. Consequentemente, os índices de acções inverteram a tendência ascendente registando quedas superiores a 10%, entre os máximos de Abril e Junho. Assim, nos primeiros seis meses do ano, os índices accionistas acabaram por registar comportamentos negativos, com o *S&P 500* a desvalorizar-se 7.5% enquanto que o *MSCI Euro* evidenciou uma queda superior, de -11%.

No mercado português, verificaram-se quedas substanciais desde o início do ano, com o acentuar da crise nos mercados periféricos da Zona Euro. O *PSI20* desvalorizou-se 16.5% no semestre, embora a respectiva performance tenha sido melhor que a do principal índice espanhol (-22%) e do que o verificado na Grécia, onde as perdas foram próximas de 35%. A Jerónimo Martins destacou-se pela positiva (+8%), com os resultados do primeiro trimestre e a resiliência da economia polaca a gerarem algum optimismo sobre a evolução operacional da empresa. No período em causa, o sector da pasta e papel destacou-se pela positiva, beneficiando do continuado incremento no preço de ambos os factores, e com a pasta a atingir níveis próximos dos máximos históricos.

Mercado Cambial

O Euro registou no primeiro Semestre de 2010 uma depreciação generalizada face às principais moedas, ao mesmo tempo que o Dólar americano beneficiou do estatuto de moeda de refúgio para os investidores internacionais. Tal comportamento deveu-se essencialmente às perspectivas negativas

quanto à situação económica dos países periféricos europeus e ao respectivo potencial impacto na Zona Euro como um todo. Desta forma, face à moeda americana, o Euro registou na primeira metade do ano uma depreciação de 14%. Relativamente à Libra britânica, a moeda única europeia também evidenciou uma queda de 8% no Semestre. Finalmente, face ao Iene, o Euro registou, entre Dezembro e Junho, uma depreciação de 23%.

Perspectivas

Numa conjuntura de expectativas de recuperação económica moderada, de ausência de tensões inflacionistas e com a recente instabilidade dos mercados financeiros, os principais Bancos Centrais (Reserva Federal Americana e Banco Central Europeu) deverão manter as taxas de juro directoras em níveis mínimos históricos, durante a segunda metade de 2010. No caso europeu, e enquanto os mercados de dívida pública se mantiverem em regime de instabilidade, as medidas de cedência de liquidez ilimitada aos bancos comerciais deverão permanecer activas. Consequentemente, as taxas de juro de mercados monetários deverão continuar em níveis reduzidos, embora num cenário contingente de nova vaga de aumento de riscos do sector financeiro possa emergir alguma pressão para subida dos indexantes.

No que respeita aos mercados de obrigações do tesouro, a dispersão de comportamentos dever-se-á continuar a verificar a curto prazo, entre países periféricos e a Alemanha, dadas as elevadas incertezas ainda existentes quanto à eficácia de execução dos planos de austeridade fiscal e às consequências económicas que daí poderão advir. Consequentemente, a volatilidade dos *spreads* deverá continuar elevada embora a possibilidade de intervenção por parte do BCE, ao abrigo do programa de compras de obrigações definido, possa servir de mecanismo de estabilização. Por outro lado, e tendo em conta o conjunto de planos de ajuda da União Europeia e do BCE a potenciais países europeus em dificuldades, a conjuntura actual não deverá traduzir-se numa nova recessão económica global. Desta forma, as *yields* de obrigações do tesouro americanas e alemãs deverão registar alguma tendência de subida, a partir dos níveis actuais historicamente baixos, durante a segunda metade do ano.

Num cenário de continuação de crescimento económico moderado, de tendência de descida das taxas de *default*, de elevados níveis de financiamento já conseguidos por parte das grandes empresas em mercados de capitais e de fortes níveis de liquidez actualmente em balanço, os *spreads* não deverão registar um comportamento de alargamento. Em termos sectoriais, o comportamento das obrigações de instituições financeiras deverá continuar sujeito à evolução dos mercados de dívida soberana, dada a respectiva exposição a este tipo de activos.

Relativamente ao mercado de acções, a correcção verificada desde Abril e a reduzida alteração de estimativas quanto ao crescimento dos resultados para 2010 e 2011, originaram um embaratecimento fundamental do mercado, culminando em valorizações actuais que têm implícito uma ausência de crescimento de resultados em 2011. Tendo em conta o cenário negativo já descontado, uma estabilização ao nível do mercado de dívida soberana e respectivo impacto na evolução económica global deverão ser positivos para a classe accionista. Paralelamente, o mercado deverá continuar a estar suportado pelo crescimento dos lucros e das vendas, e pelo aumento das margens obtido através da significativa redução da estrutura de custos durante o período de recessão de 2008 e início de 2009.

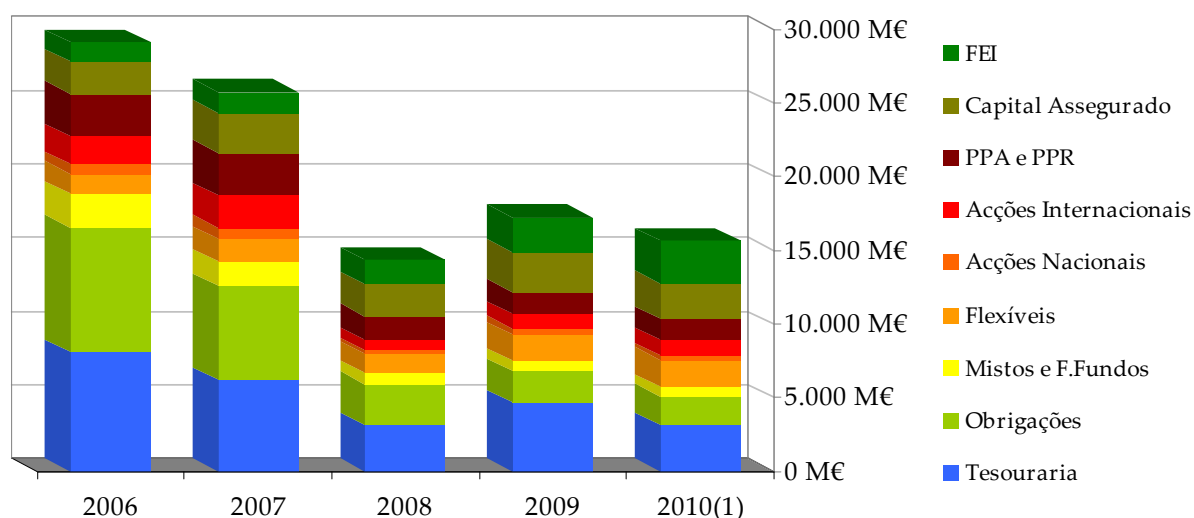
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS

No final do Junho de 2010, o valor dos activos geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 15.684 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a uma descida de 1539 M€ (-9%) desde o início do ano.

Esta evolução do mercado ficou a dever-se ao decréscimo verificado nos montantes sob gestão dos Fundos de Tesouraria e dos Fundos de Obrigações que, no primeiro semestre de 2010, baixaram 1565M€ (-34%) e 134 M€ (-7%), respectivamente. Neste período assistiu-se igualmente ao término de diversos Fundos de Capital Garantido de duração limitada e que totalizavam 380 M€.

Este período foi igualmente marcado pelo lançamento em Março de 2010, de um mega Fundo Especial de Investimento destinado aos clientes de retorno absoluto do Banco Privado, no valor de 573 M€, representando uma quota de 3,5% do volume do mercado. Quanto às restantes categorias de fundos não se registaram variações significativas

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

No primeiro semestre do ano foram constituídos 9 fundos - maioritariamente Fundos Especiais de Investimento - e foram liquidados 11 fundos, o que baixou para 286, o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final de Junho de 2010, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 85% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota de mercado da Caixagest em 24,1%, mais 0,3 p.p. que no início do ano, mantendo a liderança do mercado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações de longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Estratégia de Investimento

Ao longo do primeiro semestre de 2010, o mercado de energias renováveis ficou marcado pelas incertezas relativas à atribuição de subsídios e benefícios fiscais para a produção e comercialização de energia não fóssil. Em diversos países, como os Estados Unidos, a Espanha ou a Alemanha, em virtude das restrições orçamentais que estes enfrentam, a possibilidade de cortes nos apoios ao sector foi bastante discutida e gerou incerteza sobre os rendimentos futuros desta classe de activos, levando alguns investidores a reduzirem investimentos neste espaço.

Este comportamento teve reflexo na performance dos índices de acções de energias renováveis, como é o caso do índice Wilderhill New Energy Global, que perdeu 27% no semestre, uma perda bastante superior à registada pelos mercados accionistas mais generalistas.

Perante este enquadramento o Fundo procurou, ao longo dos primeiros meses do ano, aumentar a exposição a fundos de private equity, em detrimento de investimentos em fundos de acções do sector renovável. Perto do final do semestre, e perante a redução de incertezas após as clarificações das políticas governamentais a serem seguidas pelos diferentes países para este sector, o Fundo reforçou o investimento na componente de fundos de acções do sector em detrimento de investimentos em activos com um perfil mais conservador.

Avaliação do desempenho

Em 30 de Junho de 2010, o valor da carteira do fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 40.928.072,15 €, e encontrava-se repartido por 7.381.686 unidades de participação. Nos últimos doze meses, o fundo registou uma rendibilidade anual líquida de 4,20% e uma volatilidade de 3,28%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
2008	- 12,07%	3
2009	6,36%	3
2010 (a)	4,20%	3

(a) Rendibilidade entre 30/06/09 e 30/06/10.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

21 de Julho de 2010

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2010			2009		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2010	2009
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS										
Unidades de participação	3	34.441.736	5.018.025	(234.339)	39.225.422	37.908.698	CAPITAL DO FUNDO	1	36.908.430	39.996.950
Acções	3	-	-	-	-	1.115.953	Unidades de participação	1	2.433.275	2.733.066
		<u>34.441.736</u>	<u>5.018.025</u>	<u>(234.339)</u>	<u>39.225.422</u>	<u>39.024.651</u>	Variações patrimoniais	1	1.036.201	(1.242.471)
							Resultados transitados	1	550.166	1.316.945
							Resultado líquido do período	1	<u>40.928.072</u>	<u>42.804.490</u>
TERCEIROS										
Contas de devedores		-	-	-	-	326.594	TERCEIROS			
DISPONIBILIDADES							Comissões a pagar		45.955	40.635
Depósitos à ordem	3	<u>1.754.497</u>	-	-	<u>1.754.497</u>	<u>3.569.440</u>	Outras contas de credores		<u>6.109</u>	<u>127</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									<u>52.064</u>	<u>40.762</u>
Outros acréscimos e diferimentos		217	-	-	217	1.519	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
							Outros acréscimos e diferimentos		-	76.952
Total do Activo		<u><u>36.196.450</u></u>	<u><u>5.018.025</u></u>	<u><u>(234.339)</u></u>	<u><u>40.980.136</u></u>	<u><u>42.922.204</u></u>	Total do Capital do Fundo e do Passivo		<u><u>40.980.136</u></u>	<u><u>42.922.204</u></u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				7.381.686	7.999.390	Valor unitário da unidade de participação	1	5,5445	5,3510

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2010.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS							
DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
	Notas	2010	2009		Notas	2010	2009
Operações cambiais				Operações cambiais			
A prazo (Forwards cambiais)	11	-	2.220.125	A prazo (Forwards cambiais)	11	-	2.304.280
Total dos Direitos		<u>-</u>	<u>2.220.125</u>	Total das Responsabilidades		<u>-</u>	<u>2.304.280</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2010.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

<u>CUSTOS</u>		<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>PROVEITOS</u>		<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
Juros e custos equiparados:					Juros e proveitos equiparados:				
Outros, de operações correntes			21	6	Outros, de operações correntes			8.808	18.801
Comissões:					Rendimento de títulos				
Da carteira de títulos			20	2.704	Ganhos em operações financeiras:			621	264.936
Outras, de operações correntes		15	293.886	241.974	Na carteira de títulos			1.973.761	5.469.116
Perdas em operações financeiras:					Em operações extrapatrimoniais				
Na carteira de títulos			1.136.300	4.553.769				5.345	532.428
Em operações extrapatrimoniais			-	510.474			<u>1.988.535</u>	<u>6.285.281</u>	
Impostos sobre o rendimento		9	7.167	(340.776)					
Outros custos e perdas correntes		15	705	185					
			<u>1.438.099</u>	<u>4.968.336</u>					
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS									
Perdas imputáveis a exercícios anteriores			270	-					
Resultado líquido do período			550.166	1.316.945					
			<u>1.988.535</u>	<u>6.285.281</u>			<u>1.988.535</u>	<u>6.285.281</u>	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	820.810	128.203
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	(2.476.830)	(3.670.014)
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>(1.656.020)</u>	<u>(3.541.811)</u>
 <u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Vendas de títulos	-	1.047.123
Resgates de unidades de participação	6.973.202	20.091.239
Rendimento de títulos	621	347.488
Pagamentos:		
Subscrições de unidades de participação	(10.736.477)	(19.374.194)
Comissões de corretagem	-	(2.618)
Outras taxas e comissões	(20)	(106)
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>(3.762.674)</u>	<u>2.108.932</u>
 <u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	5.341	26.867.984
Pagamentos:		
Operações cambiais	-	(26.586.040)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>5.341</u>	<u>281.944</u>
 <u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	8.412	63.278
Vencimento de depósitos a prazo e com pré aviso	4.508.921	3.500.000
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(268.985)	(223.711)
Comissão de depositário	(18.298)	(15.979)
Impostos e taxas	(7.549)	(174.303)
Juros de descobertos bancários	(21)	(4)
Constituição de depósitos a prazo e com pré aviso	(3.008.921)	-
Outros	(1.526)	(1.570)
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>1.212.033</u>	<u>3.147.711</u>
 <u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Pagamentos:		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	-	(374)
Fluxo das operações eventuais	<u>-</u>	<u>(374)</u>
 Saldo dos fluxos monetários do período	<u>(4.201.320)</u>	<u>1.996.402</u>
Depósitos à ordem no início do período	<u>5.955.817</u>	<u>1.573.038</u>
Depósitos à ordem no fim do período	<u><u>1.754.497</u></u>	<u><u>3.569.440</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010.

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas semestrais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, foi como segue:

	Saldo em 31.12.2009	Subscrições	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 30.06.2010
Valor base	38.398.835	749.225	(2.239.630)	-	-	36.908.430
Diferença para o valor base	2.598.890	71.585	(237.200)	-	-	2.433.275
Resultados transitados	(1.242.471)	-	-	2.278.672	-	1.036.201
Resultado líquido do período	2.278.672	-	-	(2.278.672)	550.166	550.166
	<u>42.033.926</u>	<u>820.810</u>	<u>(2.476.830)</u>	<u>-</u>	<u>550.166</u>	<u>40.928.072</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>7.679.767</u>	<u>149.845</u>	<u>(447.926)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.381.686</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,4733</u>	<u>5,4777</u>	<u>5,5296</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,5445</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, foi o seguinte:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
Janeiro	41.556.351	5,4423	7.635.776
Fevereiro	41.943.593	5,4371	7.714.319
Março	42.408.187	5,5414	7.652.994
Abril	42.122.464	5,5876	7.538.502
Maior	41.557.439	5,5733	7.456.553
Junho	40.928.072	5,5445	7.381.686

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2010, o número de participantes em função do Valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Entre 5% e 10%	1
Entre 0,5% e 2%	2
Até 0,5%	2.565

Total de participantes	2.568
	=====

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2010, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais-valias</u>	<u>Menos-valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Outros valores:				
Valores mobiliários nacionais não cotados				
Unidades de participação				
- Luso Carbon Fund	2.500.000	435.242	-	2.935.242
- FLORESTA ATLÂNTICA	1.400.000	16.226	-	1.416.226
	<u>3.900.000</u>	<u>451.468</u>	<u>-</u>	<u>4.351.468</u>
Unidades de participação:				
OIC domiciliados em Portugal				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	269.365	-	4.769.365
OIC domiciliados em Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	10.000.000	3.034.844	-	13.034.844
- PARVEST ENVIRONM.Opp	4.499.820	161.811	-	4.661.631
- PF - WATER I	2.934.494	100.654	-	3.035.148
- ZEPHYR COM.CL B	3.000.000	-	(234.339)	2.765.661
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	2.619.449	13.734	-	2.633.183
- IMPAX NEW ENERGY FUN	1.762.808	637.685	-	2.400.493
- EUROPEAN CARBON FUND	1.225.165	348.464	-	1.573.629
	<u>26.041.736</u>	<u>4.297.192</u>	<u>(234.339)</u>	<u>30.104.589</u>
	<u>34.441.736</u>	<u>5.018.025</u>	<u>(234.339)</u>	<u>39.225.422</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>	<u>Depósitos a prazo e com pré-aviso</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	5.955.817	1.500.000	7.455.817
. Aumentos	-	3.008.921	3.008.921
. Reduções	(4.201.320)	(4.508.921)	(8.710.241)
Saldos em 30 de Junho de 2010	<u>1.754.497</u>	<u>-</u>	<u>1.754.497</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2010, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na CGD, e apresentam a seguinte composição por moeda de origem:

<u>Moeda</u>	<u>Montante na moeda original</u>	<u>Contravalor em Euros</u>
EUR	1.709.384	1.709.384
AUD	40.335	28.004
USD	20.995	17.109

		1.754.497
		=====

Em 30 de Junho de 2010, os depósitos à ordem denominados em Euros eram remunerados à taxa anual bruta de 0,229%.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos, nos quais o Fundo detém unidades de participação, são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no exercício em que são recebidos ou quando a respectiva sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente na data de valorização do Fundo, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor do património líquido do Fundo, excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de Grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica “Comissões – Outras, de operações correntes”.

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor líquido global do Fundo no final de cada mês. Em 30 de Junho de 2010, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”, por contrapartida das rubricas de “Acréscimos e diferimentos”, do activo ou do passivo.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional os quais são tributados às taxas de 20%.

Os juros dos valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes nacionais, e os juros de depósitos bancários em instituições de crédito no país são tributados autonomamente à taxa de 20% ou 21,5%, consoante o seu vencimento ocorra antes ou a partir de 1 de Julho de 2010, respectivamente. Adicionalmente, os valores mobiliários e outros valores representativos de dívida de emitentes estrangeiros, e os juros de depósitos bancários em instituições de crédito estrangeiras são tributados autonomamente à taxa de 20%, independentemente da sua data de vencimento.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

As mais-valias de acções são tributadas nas mesmas condições das auferidas por pessoas singulares residentes em território português. Assim, ao saldo positivo apurado entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada exercício, é aplicada uma taxa de IRC de 10%, sendo que, para as acções que se encontrem em carteira há mais de um ano não há lugar a tributação. É ainda de referir que, no apuramento das mais-valias fiscais decorrentes da alienação de acções, é utilizado o critério FIFO. Por outro lado, o Fundo apenas regista imposto sobre mais-valias efectivas obtidas em acções no momento da sua alienação, não registando qualquer imposto sobre mais-valias potenciais líquidas obtidas em acções detidas há menos de um ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 20%, quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas spot e forward contratadas no início das operações.

Em 30 de Junho de 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Impostos sobre o rendimento pagos em Portugal:	
- Rendimento de unidades de participação	5.281
- Juros de depósitos a prazo	1.378
- Juros de depósitos à ordem	384
- Dividendos	124

	7.167
	=====

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2010, o Fundo detém os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

<u>Moeda</u>	
AUD	40.335
USD	20.995
Contravalor em Euros	45.114
	=====

Nesta data, não existem operações de cobertura de risco cambial em aberto.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Custos</u>	<u>Valor</u>	<u>% Valor médio líquido global do Fundo</u>
Comissão de gestão:		
Componente fixa	268.136	0,6402%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	18.237	0,0435%
Taxa de supervisão	7.513	0,0179%
	<u>293.886</u>	
Outros	705	0,0017%
Comissões e taxas indirectas	388.733	0,9281%
	<u>683.324</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	41.884.200	
Taxa global de custos (TGC)	1,6315%	

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica da demonstração dos resultados "Comissões - Outras, de operações correntes" inclui as comissões de gestão cobradas directamente ao Fundo pelos fundos no qual este investe de acordo com o seguinte detalhe:

IMPAX NEW ENERGY FUN	12.813
	=====

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO “CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS”

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica “Comissões e taxas indirectas” apresenta o seguinte detalhe:

NOVEENERGIA II 2010	125.832
FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	96.087
ZEPHYR COM.CL B	40.186
Luso Carbon Fund	37.904
PARVEST ENVIRONM.Opp	22.731
EUROPEAN CARBON FUND	19.780
FLORESTA ATLÂNTICA	17.688
PF - WATER I	12.616
ALLIANZ DIT GLB ECTR	11.941
Outros	3.968

	388.733
	=====

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no relatório de gestão, no balanço (que evidencia um total de 40.980.136 Euros e um total de capital do Fundo de 40.928.072 Euros, incluindo um resultado líquido do período de 550.166 Euros), nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, são as que constam dos registos contabilísticos do Fundo.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

9. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais-valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 30 de Junho de 2010, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 859.000 Euros (aproximadamente, 572.000 Euros em 30 de Junho de 2009).

Porto, 21 de Julho de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura